

9º Congresso latino-americano de Ciência Política

Montevidéo – Uruguai

26, 27 e 28 de julho de 2017

Esquerda, Direita e Sustentabilidade Ecológica no Brasil: consensos ou dissensos?

Autor:

Marcos Leite de Matos Todt (PUCRS/ Brasil) – marcos.todt@gmail.com

Área Temática:

Política, Cultura, Ideologia e Discursos

“Trabalho preparado para apresentação no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevidéo, 26 a 28 de julho de 2017”

RESUMO: O presente artigo parte da seguinte indagação: em relação ao tema da sustentabilidade ecológica, como se posicionam os partidos no Brasil? Com base nesta pergunta de partida, procedemos à análise de propostas partidárias apresentadas na última eleição presidencial (2014) sob a ótica dos conceitos de sustentabilidade fraca e de sustentabilidade forte. Dentre os partidos que trataram sobre o tema em seus programas partidários, foram escolhidos para esta análise os mais representativos de cada espectro político, além do PV, por seu simbolismo e referência na questão ambiental. Tendo como referência modelos ideais de sustentabilidade forte e fraca, relacionamos as propostas partidárias como mais próximas de um desses dois paradigmas. Com base nesta classificação, buscamos verificar se há relação entre identificação do programa partidário com um dos modelos de sustentabilidade e localização do partido na escala ideológica (esquerda/direita). Procuramos também testar as seguintes hipóteses: a de que os partidos de esquerda, por contestarem a lógica da economia *mainstream*, têm proximidade maior com o modelo da sustentabilidade forte; e a de que os partidos de centro e direita, por não questionarem os fundamentos da economia convencional ou os pressupostos do sistema capitalista, se aproximam da concepção propugnada pela sustentabilidade fraca. A hipótese se confirmou, ao menos em parte: as propostas analisadas dos partidos de direita (DEM), centro-direita (PSDB) e centro (PMDB e PV) se identificam com a concepção da sustentabilidade fraca; as do partido de centro-esquerda (PT) também; enquanto as do partido de esquerda (PSOL) se aproximam do modelo da sustentabilidade forte.

PALAVRAS-CHAVE: Programas Partidários. Ideologia. Sustentabilidade Ecológica.

ABSTRACT: This article is based on the following question: in relation to ecological sustainability, how are political programs positioned in Brazil? From this starting question, we proceed to the analysis of parties' proposals presented in the last presidential election (2014) from the perspective of the concepts of weak sustainability and strong sustainability. Among the parties concerned with that subject in their political programs, the most representative of each political spectrum have been selected for analysis, besides PV, due to their symbolism and reference in environmental questions. On the basis of the ideal models of strong and weak sustainability, we relate political programs as closer to one of these two paradigms. Based on that classification, we sought to verify if there is a relationship between identification of the political program with one of the sustainability models and location of the party on the ideological scale (left/right). We also tried to test the following hypotheses: left-wing parties, by criticizing the logic of mainstream economy,

have greater proximity to the strong sustainability model; and parties of center and right-wing, because they do not question the foundations of conventional economy or the presuppositions of the capitalist system, are closer to the concept of weak sustainability. The hypothesis was confirmed, at least in part: the programs of right-wing (DEM), center-right (PSDB) and center (PMDB and PV) parties are identified with the concept of weak sustainability; as well as the center-left party (PT); while the leftist party (PSOL) approached the strong sustainability model.

KEYWORDS: Political Programs. Ideology. Ecological Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente vem ganhando espaço nas discussões contemporâneas. No início dos anos 1970 foi realizada a primeira conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Depois disso, inclusive nosso país já sediou dois importantes eventos organizados pelas Nações Unidas – a ECO-92 e a RIO+20 –, além de importantes eventos que discutiram a questão ecológica, como, a título de exemplo, o Fórum Global, a Cúpula dos Povos¹ e diversas edições do Fórum Social Mundial².

Há forte indignação da comunidade internacional à recente decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de retirar seu país do Acordo de Paris³, após negar o aquecimento global. O físico britânico Stephen Hawking afirmou que as mudanças climáticas são um dos maiores perigos que enfrentamos, frisando que estamos em um momento crítico e de definição sobre se conseguiremos ou não evitar um dano irreversível que pode eliminar a vida humana no planeta (MUDANÇAS... 1987). Líder máximo da igreja católica, o Papa Francisco lançou ao mundo convite urgente para dialogar sobre o modo como estamos construindo o futuro do planeta, pontuando que o desafio ambiental e suas raízes humanas têm impacto sobre todos (IGREJA CATÓLICA, 2015).

No mesmo caminho, verifica-se uma incorporação da temática ambiental aos programas dos partidos no Brasil. Segundo Barros (2015, p.704) dos 32 partidos políticos existentes no país

¹ Durante a ECO92 e durante a RIO+20 ocorreram eventos paralelos organizados por entidades e movimentos sociais e ambientalistas. Ambos os eventos (Fórum Global e Cúpula dos Povos, respectivamente) ocorreram no Aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, e reuniram milhares de pessoas.

² Para interessante relato sobre detalhes de alguns dos eventos realizados no Brasil, e a participação do governo brasileiro na RIO+20, ver Esteves (2012).

³ Acordo aprovado em 2015, por 195 países, que visa à redução da emissão de gases causadores do efeito estufa.

em 2014, 20 incluíram a temática ambiental em seus programas (62,5%)⁴ e, destes, 16 dedicaram ao tema capítulo ou tópico integral.

No entanto, o que os partidos no Brasil entendem por sustentabilidade? Que sustentabilidade defendem? Há diferenças de fundo entre as propostas defendidas por partidos de esquerda, centro e direita?

A questão fica ainda mais pertinente porque há importantes diferenças no movimento ambientalista. No entanto, é importante frisar que não estamos nos propondo, neste artigo, a trabalhar de modo aprofundado sobre cada linha de pensamento e suas diferenças⁵. Isso fugiria muito de nosso escopo. Não temos a pretensão de teorizar sobre a heterogeneidade do movimento ou explicar de forma mais detida sobre suas diversas ramificações. O que nos interessa, neste ponto, é deixar claro que há, de modo geral, duas lógicas bem distintas: a da sustentabilidade fraca, assim chamada porque coloca a ecologia subordinada à economia – lógica esta que embasa os conceitos de desenvolvimento sustentável, como proposto pela ONU, e economia verde; e a da sustentabilidade forte, que entende que é a economia que deve ser subordinada à ecologia, concepção que sustenta propostas alternativas como as defendidas pela Cúpula dos Povos Terra e sua ideia de bens comuns, e conceitos diversos que ora se assemelham, ora se distanciam, como economia ecológica, economia solidária, biocentrismo, ecossocialismo, ecocentrismo.

A partir desse entendimento, vamos analisar os programas partidários de seis partidos políticos brasileiros e verificar se suas propostas se aproximam mais da lógica da sustentabilidade forte ou da sustentabilidade fraca. É necessário frisar que não pretendemos, por óbvio, esgotar o assunto. O próprio fato de fazermos uma pesquisa documental, baseada especificamente no que consta nos programas partidários, faz faltar elementos de maior densidade analítica que permitam interpretações sociológicas e políticas mais abrangentes, para que seria necessário recorrer a elementos extradocumentais que auxiliem na compreensão dos posicionamentos partidários em relação à temática e sua posição nas disputas eleitorais (BARROS, 2015). No entanto, consideramos válido nosso objetivo de classificar os partidos como mais próximos do tipo ideal da

⁴ Barros realizou monitoramento e análise dos websites dos partidos no período de agosto a setembro de 2014, durante a campanha eleitoral. Baseamo-nos na triagem realizada pelo autor, com apenas uma exceção: localizamos o documento do PSDB que traça as diretrizes para as eleições de 2014 (publicação que, deduz-se, não constava no site do partido durante a pertinente pesquisa realizada pelo autor), e nele o partido trata da questão ambiental. Desse modo, com a inclusão do PSDB, o número de partidos que tratam sobre a questão ambiental sobe para 21.

⁵ Para quem tiver interesse em iniciar estudo sobre as diversas linhas de pensamento dentro do movimento ambientalista, vale a leitura de Veiga (2005). Além de traçar um panorama, neste livro o autor, ao final de cada capítulo, sugere “leituras recomendadas” para cada assunto tratado. Tayra (2006), tem a qualidade de diferenciar não só conceitos, mas visões de mundo e escalas de valores que são causas dos diferentes entendimentos sobre o que é sustentabilidade.

sustentabilidade fraca ou do tipo ideal representado pela sustentabilidade forte, o que nos permite testar algumas hipóteses, que podem ser aprofundadas em trabalhos futuros.

Uma hipótese prévia é a de que os partidos de esquerda devem ter proximidade maior com a sustentabilidade forte. No entanto, será interessante verificar se de fato os partidos de esquerda aqui pesquisados superam a lógica da sustentabilidade fraca, pois ter críticas ao neoliberalismo ou mesmo ser anticapitalista não garante, a priori, uma visão compatível com a propugnada pela sustentabilidade forte. Löwy (2007) ilustra esse nosso raciocínio quando afirma que tanto a social-democracia como o movimento comunista de inspiração soviética – as tendências dominantes da esquerda durante o século XX – aceitavam o modelo de produção existente: a primeira, limitando-se a uma versão reformada do sistema capitalista; o segundo, desenvolvendo uma forma de produtivismo autoritária e coletivista – o capitalismo de Estado. Nos dois casos, conclui, os investimentos ambientais eram “negligenciados ou, no mínimo, marginalizados (LÖWY, 2007, p.36).

A inversão do raciocínio que nos levou à primeira conjectura sustenta nossa segunda hipótese: a de que os partidos de centro e de direita, por não questionarem a lógica capitalista e, conseqüentemente, a subordinação da ecologia à economia, devem se associar à sustentabilidade fraca. Por conta dessa argumentação, acreditamos, antes de analisar os dados, que mesmo o PV deve ficar mais próximo da sustentabilidade fraca do que da sustentabilidade forte.

O artigo está organizado em quatro partes. Na primeira parte apresentamos a metodologia, onde explicitamos os critérios para a escolha dos partidos e dos documentos partidários analisados e a opção de definição de tipos ideais de sustentabilidade para facilitar a análise proposta; na segunda apresentamos o conceito de sustentabilidade ecológica e um rápido histórico sobre os primórdios e evolução do tema e os consensos e dissensos entre a visão propugnada pela ONU e concepções alternativas; na terceira parte apresentamos os tipos ideais de sustentabilidade forte e sustentabilidade fraca; na quarta parte realizamos análise dos documentos partidários identificando as propostas dos partidos como mais próximas de um dos dois tipos ideais; no final, refletimos sobre os resultados da pesquisa e, em especial, sobre o teste das hipóteses.

2. METODOLOGIA

Primeiramente, construímos, com base na literatura acadêmica que será apresentada no decorrer do artigo, o tipo ideal da concepção sustentabilidade forte, e o tipo ideal da

sustentabilidade fraca. Em um segundo momento, escolhemos alguns partidos políticos brasileiros para analisarmos de qual tipologia se aproximam, a partir de documentos partidários.

Nosso critério para a escolha dos partidos analisados foi a seguinte: primeiramente, baseando-nos na pesquisa realizada por Barros (2015) através dos websites dos partidos entre agosto e setembro de 2017, durante a campanha eleitoral, descartamos, dentre os 32 partidos existentes à época, as legendas que não trataram da temática ambiental nos programas partidários na eleição de 2014. Por esse critério, foram excluídos onze partidos. Dos 20 partidos restantes (PMDB, PCdoB, PDT, PT, DEM, PSB, PSDB⁶, PPS, PV, PP, PSTU, PCB, PSDC, PCO, PRB, PSOL e PEN, PTB, PSD, PROS e SDD), escolhemos os mais representativos de cada espectro: PSOL (esquerda); PT (centro-esquerda); PMDB (centro), PSDB (centro-direita), DEM⁷ (direita); Além destes, optamos escolher também o PV (centro), por ser referência na questão ambiental. Não analisamos a Rede Sustentabilidade, cuja principal liderança é a ambientalista Marina Silva, porque este partido teve seu registro definitivo apenas em 2015.

Nosso critério para a escolha dos documentos partidários analisados foi a seguinte: buscamos documentos dos partidos com propostas – a partir da triagem realizada por Barros (2015) - para a eleição de 2014. Não utilizamos programas de governo dos candidatos a presidente, mas, ao invés disso, priorizamos documentos estritamente partidários. No caso do PT, por exemplo, em vez de utilizarmos o programa de governo da candidata a presidenta Dilma Rousseff, que representava uma ampla coligação com mais sete partidos, além do PT, utilizamos o documento “Diretrizes de Programa de governo”, escrito como resultado final do 14º Encontro Nacional do partido, realizado em maio de 2014. Da mesma forma agimos com o PSDB: não usamos o programa de governo do candidato a presidente Aécio Neves, que representava também mais sete partidos, além do PSDB, e fizemos uso da publicação “Para mudar de verdade”, documento lançado em dezembro de 2013 em que o partido apresenta suas propostas para as eleições de 2014. Embora o PSOL e o PV tenham lançado candidatos em “chapa pura” (Luciana Genro e Eduardo Jorge, respectivamente), também optamos por utilizar os documentos estritamente partidários “Diretrizes para o programa de governo do PSOL”, e “Propostas do Partido Verde para o Brasil”, ambos lançados em 2014.

⁶ Incluímos o PSDB, conforme explicamos na quarta nota de rodapé deste artigo.

⁷ O Partido Progressista (PP) - que, apesar do nome, é um dos partidos representantes da direita no Brasil – elegeu em 2014 uma bancada maior para o congresso nacional do que a eleita pelo Democratas (DEM). No entanto, optamos por escolher o DEM como representante da direita a ser analisado neste trabalho porque concordamos, sem qualquer sombra de dúvidas, que “o DEM é hoje o partido mais autenticamente de direita que se tem notícia no Brasil”(DIAS et al., 2012, p. 229). Enquanto o PP participou da base aliada nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff (ambos do PT), o DEM se manteve sempre na oposição enquanto o PT governou em âmbito federal.

Em relação ao PMDB e ao DEM⁸, não localizamos documentos que descrevam as diretrizes ou propostas para programa de governo do partido para 2014. Desse modo, utilizamos os mesmos documentos localizados por Barros (2015) em sua pesquisa e usados em sua análise – e, portanto, efetivamente utilizados por esses partidos durante as eleições de 2014: “Programa partidário” elaborado em 1996 pelo PMDB e “Princípios do Democratas”, elaborado em 2011 pelo DEM.

Como já foi bem destacado por Madeira & Tarouco (2013b), posições políticas são conceitos abstratos que não podem ser observados diretamente e, por isso, qualquer método utilizado para estimá-las tem suas limitações porque pode apenas apreender algumas de suas manifestações empíricas. Posto isto, escolhemos como referência para a definição do posicionamento ideológico dos partidos o survey realizado pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em encontro realizado em Recife. Segundo Tarouco & Madeira (2015), foram distribuídos questionários aos participantes das áreas temáticas de eleições e representação política e de instituições, em que os partidos políticos brasileiros deviam ser classificados em escala de sete pontos em que 1 representava a extrema esquerda e 7 a extrema direita. Tarouco & Madeira (2015) constataam que a classificação ideológica resultante do survey da ABCP coincide com várias outras presentes na literatura, elaboradas a partir de diferentes métodos.

Desse modo, a partir da construção de tipos ideais de sustentabilidade forte e fraca, analisamos a qual tipo ideal de sustentabilidade (forte ou fraca) as propostas dos partidos escolhidos se aproximam; e a partir da definição do posicionamento ideológico desses partidos, testaremos a hipótese de que os partidos de esquerda têm proximidade maior com a sustentabilidade forte, e os partidos de centro e de direita, por não questionarem a lógica capitalista e, conseqüentemente, a subordinação da ecologia à economia, devem se associar à sustentabilidade fraca.

3. VISÕES DE SUSTENTABILIDADE: RIO+20 VERSUS CÚPULA DOS POVOS

Sustentabilidade ecológica pode ser definida como:

⁸ Vale lembrar que na eleição presidencial brasileira de 2014 o PMDB fez parte da coligação que apoiou a candidata Dilma Rousseff (PT) indicando, inclusive, o candidato a vice-presidente (Michel Temer). O DEM fez parte da coligação encabeçada pelo candidato de oposição Aécio Neves (PSDB).

A capacidade de um sistema (ou ecossistema) de preservar o seu estado no decorrer do tempo e manter para isso parâmetros de volume, de taxas de alteração e de circulação invariáveis ou que os faz flutuar ciclicamente em torno de valores médios. Ao introduzir o homem no processo, a sustentabilidade ecológica pode ser entendida como a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente no qual está inserido. (TAYRA, 2006, p.102).

Essa definição possivelmente não gere polêmicas no movimento ambientalista. No entanto, há uma importante controvérsia entre a concepção dominante de sustentabilidade, adotada pela ONU, e concepções alternativas.

O ponto central da crítica à posição dominante é que, a partir dos anos 1980 a influência do pensamento neoliberal fez uma espécie de transformação no conceito original de crítica à insustentabilidade ecológica: enquanto, como diz Leff (2008), nos anos 1960, após a explosão populacional, soou o “alarme ecológico” e foram questionados os pilares ideológicos da civilização ocidental, ou seja, a supremacia e o direito do homem de explorar a natureza e o mito do crescimento econômico ilimitado, e em 1972 houve a publicação do documento “Os limites do Crescimento” (MEADOWS et al, 1972), do Clube de Roma⁹, que foi ponto de partida para as propostas do “crescimento zero” e de uma “economia de estado estacionária”; nos anos 1980, sob influência do neoliberalismo e dentro de seus paradigmas, foi forjado o conceito “Desenvolvimento Sustentável” e apresentado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no documento “Nosso futuro comum”(CCMD, 1987), mais conhecido como Relatório Brundtland¹⁰. Como consequência e aprofundamento dessa concepção, vieram a Agenda 21 (conjunto de resoluções tomadas na ECO-92) e o conceito de Economia Verde.

Para Boff (2012), a visão propugnada pela ONU alega que a pobreza é causa da degradação ecológica, quando, na verdade, é o tipo de desenvolvimento praticado que produz pobreza e a degradação da natureza. Assim, a expressão desenvolvimento sustentável representa “uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los. Assume o ideal da economia (crescimento) mascarando a pobreza que ele mesmo produz” (BOFF, 2012, s.p.).

Para Acsehrad (2013), a abordagem crítica, que é a origem da visibilidade do tema da sustentabilidade, característico do ecologismo “de combate”, passa a ser alvo de uma nova

⁹ Associação de cientistas, políticos, empresários, economistas de diversos países que se reuniram para tratar de temas ambientais. O primeiro encontro ocorreu em Roma, em 1968. A Associação existe ainda hoje, com sede na Suíça, e incentiva e possui ligações com associações nacionais em dezenas de países.

¹⁰ Gro Harlem Brundtland foi indicada pela ONU, em 1983, para chefiar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1987, a Comissão lançou o documento que ficou conhecido por seu nome.

racionalidade que caminha em favor do fortalecimento da ideologia neoliberal. A partir daí, o Estado e o Mercado ressignificam o conceito, incorporando o conteúdo crítico da insustentabilidade mas oferecendo novo significado de acordo com seus propósitos: o ecologismo de resultados – caracterizado pela despolitização da questão ambiental, que fica reduzida à mera busca por soluções tecnológicas ou pela difusão da crença nas dinâmicas de autorregulação empresarial –, que vem ao encontro da intenção dos organismos multilaterais em conjunto com governos e empresas poluidoras.

Essa concepção que passou a ser dominante, portanto, não questiona a lógica do capitalismo, não relaciona a crise ambiental com o crescimento econômico, não tem problema nenhum com o fato de a ecologia ser subordinada à economia. Em verdade, considera que a crise ambiental é ocasionada pela pobreza, e a solução é o desenvolvimento tecnológico para qualificar a produção e a implantação radical das regras de mercado tanto para resolver a questão do “desenvolvimento” como a questão ambiental.

A divergência de fundo entre essas duas visões ficou evidente na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012, mais conhecida como “Rio+20” porque ocorreu vinte anos após a primeira grande Cúpula da Terra, a ECO 92. Paralelamente à RIO+20 ocorreu a Cúpula dos Povos, organizada por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de diversos países.

O tema central da RIO+20 foi a Economia Verde, conceito lançado pelo PNUMA¹¹ em 2008 como clara defesa da retomada do crescimento da economia mundial. Seu relatório final, “O Futuro que queremos”, mantém a visão já expressada na ECO-92 de que o foco para a atuação em favor da sustentabilidade é o avanço tecnológico (e a transferência tecnológica para os países em desenvolvimento), o combate à pobreza, o desenvolvimento (notadamente, o crescimento econômico). Em um dos trechos defende-se com todas as letras a importância do setor privado: “dinâmico e integrado, que funcione bem [...], é um instrumento valioso que pode estimular o crescimento econômico, reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável” (RIO+20, 2012, p.53).

A fome, a pobreza, as mais diversas violações de direitos humanos aparecem no relatório sem, no entanto, menção às questões estruturais que as causam. Ramonet (2012) critica o fato de os países ricos terem participado do encontro com o claro objetivo de difundir a “economia verde”, que, em suas palavras, é “um conceito-cilada, que se limita, na maioria das vezes, a designar uma

¹¹ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

simples camuflagem verde da economia pura e dura de sempre [...]. O objetivo central é criar, para as aplicações privadas, um mercado da água, do meio ambiente, dos oceanos, da biodiversidade” (RAMONET, 2012, s.p.).

Para Guimaraes & Fontoura (2012), o que se sobressaiu no documento final da RIO+20 foi a reafirmação dos valores econômicos, com base no capitalismo neoliberal, ressaltando o poder do setor privado e dos interesses dos países desenvolvidos na atual governança ambiental global.

Desse modo, como a antítese perfeita à RIO+20, ocorreu, como evento paralelo, a Cúpula dos Povos, que contou com a participação de cerca de 350 mil pessoas em suas diversas atividades, segundo Esteves (2012). A Cúpula dos Povos manifestou posição de que o sistema capitalista é a causa estrutural da crise global, e considera a Economia Verde como:

uma das expressões da atual fase financeira do capitalismo que também se utiliza de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o super-estímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros. (CÚPULA DOS POVOS, 2012, s.p.).

Para Ramonet (2012), a visão que a Cúpula dos Povos expressa representa uma transição gradual da civilização antropocêntrica a uma civilização biocêntrica, centrada na vida. Isso implica o reconhecimento dos direitos da Natureza e a redefinição do significado de bem-viver e da prosperidade, de forma que não dependam do crescimento econômico infinito.

Para melhor compreender a motivação de tantos ativistas visando fazer contraponto aos conceitos defendidos pela ONU, vale a pena uma citação um pouco mais longa do ecologista boliviano e ex-embaixador na ONU, Pablo Solón (2013):

O objetivo da economia verde é criar um ambiente propício para o investimento privado em água, na biodiversidade, nos oceanos, nas florestas e etc. Esses incentivos ao investimento privado incluem desde colocar preço na água até garantir os ganhos do investidor privado. A economia verde, longe de gerar produtos reais e tangíveis, desenvolverá um mercado fictício de bônus e certificados financeiros, que serão negociados por intermédio dos bancos. A grande banca que provocou a crise de 2008 e foi logo premiada com trilhões de dólares de recursos públicos terá agora a Natureza a sua disposição para especular e gerar lucros fabulosos (SOLÓN, 2012, s.p.).

A diferença entre essas duas visões é fundamental para entendermos a diferença entre sustentabilidade forte e sustentabilidade fraca, que explicaremos a seguir: de um lado, a ideia de conciliar sustentabilidade com a lógica capitalista e a crença no crescimento indeterminado (no decorrer tempo); e, de outro lado, a visão de que a lógica da economia mainstream e a continuidade do crescimento econômico são incompatíveis com a sustentabilidade ecológica.

4. TIPOS IDEAIS: SUSTENTABILIDADE FORTE E SUSTENTABILIDADE FRACA

Conforme Tayra (2006), o conceito de sustentabilidade fraca se baseia na economia mainstream, e entende que a sustentabilidade pode ser obtida mediante práticas econômicas de substituição de capital natural e pela resolução de problemas naturais por meio da tecnologia e bens manufaturados. E sintetiza: a sustentabilidade com enfoque econômico é chamada de fraca. Essas duas características (crença no avanço tecnológico como saída para a crise ambiental e a ecologia subordinada à economia) são o cerne da concepção expressa nos documentos produzidos pela ONU, cujo símbolo escolhemos a RIO+20 e seu relatório final, “O futuro que queremos”, em que aparece com ênfase o desenvolvimento sustentável baseado na economia verde.

Segundo Sass (2016), a economia verde deve ser entendida como adversa à economia ecológica. Enquanto a primeira representa uma forma de sustentabilidade fraca, pois centra-se em critérios de eficiência e internaliza a lógica ambiental no contexto da lógica econômica sem considerar os limites biofísicos do meio ambiente e os critérios de justiça ambiental, a economia ecológica exprime uma forma de sustentabilidade forte, fornecendo críticas relevantes não apenas para a economia tradicional, como também para o papel que a técnica e a inovação podem ter diante dos problemas ambientais¹².

O conceito de sustentabilidade forte representa, portanto, uma visão diametralmente oposta à representada pela sustentabilidade fraca: um dos motivos é porque não aceita o postulado de que o avanço tecnológico garantirá de modo indeterminado a substituição dos recursos naturais. Ou seja, a sustentabilidade fraca acredita que o capital natural (recursos naturais) pode ser substituído pelo capital manufaturado (feito pelo homem)¹³, enquanto os que advogam a sustentabilidade forte afirmam que isso é impossível e, por isso, sustentam a necessidade de que o estoque de capital natural seja mantido constante. Uma outra característica que opõe a sustentabilidade forte à fraca é o fato de que a primeira propõe uma mudança radical do modelo econômico.

¹² Sass (2016, p.192) frisa que não há unanimidade quanto às classificações apresentadas, “não sendo difícil encontrar autores que utilizam o termo economia ambiental ou verde para designar a totalidade dessas perspectivas, inclusive a ecológica. Contudo, não se pode deixar de considerar que há profundas diferenças conceituais e metodológicas entre ambas”.

¹³ A lógica na qual essa concepção se baseia é bem descrita por VEIGA (2010, P122/123): “qualquer elemento da biosfera que se mostrar limitante ao processo produtivo, cedo ou tarde, acabará substituído [...], porque o progresso científico-tecnológico sempre conseguirá introduzir as necessárias alterações que substituam a eventual escassez, ou comprometimento, do terceiro fator, mediante inovações dos outros dois ou de algum deles”. Por conta disso, quem compartilha dessa concepção, que representa a sustentabilidade fraca, acredita que o fundamental enfoque da sustentabilidade é garantir a reprodução do capital total, e não a reprodução, para as próximas gerações, dos recursos naturais. Ou seja, não há problema no fato de os recursos naturais seguirem diminuindo, porque as sociedades podem garantir avanço tecnológico que garanta, por exemplo, maior produtividade ou a substituição do recurso natural limitado.

Desse modo, em nossa definição de tipo ideal, consideramos sustentabilidade fraca a concepção que se referencia na economia vigente, sem questionamento à lógica do sistema capitalista ou ao crescimento econômico indeterminado. Além disso, acredita que o avanço tecnológico e as novas práticas econômicas de substituição de capital natural são as saídas para a crise ambiental.

Já o tipo de ideal de sustentabilidade forte tem críticas relevantes à economia mainstream e ao capitalismo, apontando para a necessidade de formação de uma nova racionalidade econômica que não subordine a ecologia à sua lógica e que supere a indispensabilidade do crescimento. Também faz parte do tipo ideal de sustentabilidade forte a crítica à ideia de que a técnica e a inovação podem resolver os problemas ambientais.

5. ANÁLISE DAS PROPOSTAS PARTIDÁRIAS

5.1 DEMOCRATAS (DEM)

No documento que analisamos, a primeira menção ao tema é a afirmação de que os direitos humanos, para além das liberdades públicas fundamentais, engloba, dentre outros itens, os direitos ecológicos. Um pouco a seguir, o partido propugna um desenvolvimento que vise

à realização integral do homem, a partir de um processo de mudança qualitativa nas relações sociais, voltado para a prosperidade econômica, equidade social e equilíbrio regional, assentado em um relacionamento harmonioso com o nosso patrimônio ecológico e consentâneo com nossa cultura. (DEM, PRINCÍPIOS DO DEMOCRATAS, 2011 p. 2).

Por conta dessa passagem constante no documento partidário, Barros (2015) inclui o DEM dentre os partidos que expressam abordagem “de orientação biocêntrica que defende a natureza como um valor a ser preservado” (BARROS, 2015, p.713). Nossa discordância é porque, no mesmo documento partidário, o Democratas afirma que admite a ingerência do Estado na economia para regular as relações sociais e evitar a exploração predatória dos recursos naturais desde que, “em nenhuma hipótese”, isso resulte em “constrangimentos espúrios ao livre mercado” (DEM, Princípios do Democratas, p.3). Nesse sentido, fica claro, a nosso ver, a subordinação da economia à ecologia, uma das características da visão antropocêntrica e da sustentabilidade fraca.

5.2 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB)

O título do documento partidário analisado já fala em desenvolvimento: “Democracia com desenvolvimento: Novo programa doutrinário do PMDB”. Há também o capítulo denominado “Novo modelo de desenvolvimento”. O partido afirma defender um tipo de desenvolvimento muito diferente do atual, que é sustentado “pelo uso predatório dos recursos, pela exploração de mão de

obra abundante” e afirma a necessidade de erradicação da miséria e “incorporação dos milhões de brasileiros deserdados aos frutos do progresso”. Também afirma a necessidade de “uma política de desenvolvimento auto-sustentado centrada na ideia de que o desemprego é, hoje, o nosso fator mais grave de poluição e degradação ambiental”. A ênfase do documento é a defesa de propostas que possibilitem ao Brasil “realizar a terceira revolução industrial simultaneamente com os esforços dos países desenvolvidos, sendo, neste contexto, inevitável a competição direta por tecnologia e mercado” (PMDB. PROGRAMA PARTIDÁRIO, 1996, s.p.).

Com o enfoque no desenvolvimento e na melhoria da condição competitiva do Brasil, a concepção expressada no documento do PMDB se aproxima do modelo tipo da sustentabilidade fraca.

5.3 PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT):

No documento que sintetiza as diretrizes propostas pelo partido para o segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, há um capítulo denominado “crescimento e produtividade”. Neste capítulo, há a defesa da necessidade de um crescimento mais acelerado da economia brasileira nos próximos anos “para dar continuidade e sustentabilidade para a grande transformação iniciada em 2013” (PT, DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO, 2014, p.12).

Logo adiante no documento partidário, há o capítulo “Sustentabilidade”, que inicia com a afirmação de que a marca do governo Dilma tem sido a construção de um modelo de desenvolvimento que contemple os aspectos democráticos, econômicos, sociais e ambientais, e isso se dá através do crescimento, da erradicação da pobreza, preservação do meio ambiente e ampliação da democracia.

O capítulo é encerrado com a afirmação: “não precisa existir contradição entre crescer, incluir, proteger e conservar” (PT, DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO, 2014, p.15).

Com clara ênfase no crescimento econômico, as propostas apresentadas pelo PT se aproximam do modelo da sustentabilidade fraca.

5.4: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

O documento lançado pelo PSDB em dezembro de 2013, com as bases das propostas que o partido apresentava ao país, divididas em 12 eixos, contém um capítulo denominado “Meio ambiente e sustentabilidade, a urgente agenda do agora”.

Nesse capítulo, o partido afirma que no país tem existido políticas que estão na contramão da sustentabilidade: incentivo a fontes não renováveis de energia; impulso desmesurado ao transporte individual; aumento da utilização de fontes mais poluentes em nossa matriz energética. Critica também a perda de eficiência e credibilidade do licenciamento ambiental como instrumentos de gestão e indução à sustentabilidade.

Como alternativa, o partido propõe que passe a ser praticada no país uma “vigorosa” política de meio ambiente com foco na sustentabilidade. Para isso, o documento do PSDB aponta para a necessidade de que o tema da sustentabilidade deixe de ser tratado apenas entre as fronteiras da política ambiental, mas que a questão ambiental passe a ser incluída no planejamento estratégico do país, visando assegurar a proteção do patrimônio natural e o desenvolvimento sustentável.

O documento afirma também que a política ambiental no Brasil tem se baseado no “exclusivismo dos mecanismos de comando e controle do Estado”, que são exercidos de forma “intermitente, desarticulada e ineficaz”. Ao invés disso, a nova agenda, na visão do PSDB, precisa:

implementar um novo ciclo da nossa política ambiental, estabelecendo a sustentabilidade como um fundamento da política econômica, o que significa considerá-la na concepção das políticas tributária, fiscal e creditícia, levando em conta a competitividade do setor produtivo e sua inserção na economia internacional”. (PSDB, PARA MUDAR DE VERDADE O BRASIL, 2013, p.21).

Na parte final do capítulo há a afirmação de que o Brasil tem a oportunidade de ser o primeiro país “a se tornar desenvolvido com economia de baixo carbono, com ampla participação de energias renováveis e práticas industriais, comerciais e agrícolas sustentáveis” (PSDB, PARA MUDAR DE VERDADE O BRASIL, 2013, p.22), e que o “incentivo às práticas sustentáveis será nossa maior oportunidade de mudanças sociais e econômicas”. Daí depreendemos forte referência na ideia de Economia Verde defendida pela ONU.

O documento do PSDB propõe de modo claro que a sustentabilidade seja pensada desde o início do processo de desenvolvimento de políticas públicas, e não apenas no momento de sua execução. No entanto, a proposta de que a sustentabilidade seja um pilar da política econômica (sem abrir mão da competitividade do setor produtivo) não realiza uma inversão de subordinação: mesmo parte central do debate e do planejamento, a sustentabilidade ainda é vista como parte de um sistema (sistema econômico).

5.5: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL)

O primeiro capítulo - “Política econômica e modelo de desenvolvimento” - do documento que descreve as diretrizes do PSOL para as eleições de 2014 começa com a afirmação de que a crise socioambiental, no Brasil e no mundo, está vinculada ao modo como se organiza a economia capitalista. Nesse sentido, a destruição da natureza e a degradação do meio ambiente seriam consequência da lógica do capitalismo.

Logo após esse posicionamento sobre a causa da crise ambiental, há a defesa do ecossocialismo, “pois não pode haver uma defesa consequente do meio ambiente sem que se aponte para a superação das leis do capital, que necessita sugar os recursos naturais e explorar o ser humano” (PSOL, DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL, 2014, s.p.).

Consta no documento, também, uma crítica direta à política energética do PSDB e do PT que, nos dizeres do PSOL, embora diferentes, ambas têm sido um desastre para o país por transitar de um sistema público, planejado e cooperativo, para um sistema privado, e, no entendimento do partido, caro ineficiente e devastador do meio ambiente”. No último parágrafo do capítulo há a defesa da construção de um novo modelo econômico e de desenvolvimento.

As propostas do PSOL se identificam com o tipo ideal de sustentabilidade forte por fazer conexão entre crise ambiental e economia mainstream. Mesmo questionando o sistema capitalista, as propostas do PSOL poderiam, em tese, se aproximar mais do modelo da sustentabilidade fraca se, por exemplo, colocasse ênfase no crescimento econômico indeterminado. No entanto, as propostas econômicas centram-se em outros eixos, como a defesa da implantação do imposto sobre as grandes fortunas e o combate à concentração de renda e às desigualdades através, por exemplo, da mudança da estrutura tributária.

5.6: PARTIDO VERDE (PV)

O Partido Verde formulou o documento “Programa Viver bem. Viver Verde: Propostas do Partido Verde para o Brasil”. Neste documento programático, há um capítulo denominado “Desenvolvimento Sustentável” que, aliás, é o primeiro capítulo, e outro, “Economia Verde”.

No início do primeiro capítulo, há um claro posicionamento de que o partido se referencia no conceito de desenvolvimento sustentável proposto a partir de estudos da ONU e apresentado de

forma mais acabada na Rio-92. A partir daí, são elencadas propostas que partem da premissa de equacionar os três pilares do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômico como, por exemplo, promover integração das ações ambientais propostas pelo Ministério do Meio Ambiente aos demais setores e programas do governo, e proteger a Amazônia e o que restou da Mata Atlântica, tendo como meta o desmatamento zero e o incentivo à economia verde na região.

No capítulo que trata da Economia Verde, o PV afirma sua intenção de imprimir um “estilo verde” à economia nacional, combinando “a construção de um país com economia de baixo carbono com democracia, respeito à diversidade e promoção de maior igualdade” (PV, Propostas do partido verde para o BRASIL, p. 10). A partir dessa diretriz, apresenta propostas divididas nos subtítulos “princípios econômicos”, “indicadores”, “reforma tributária”, “agricultura, ”água e saneamento” e “energia”.

Alguns dos princípios econômicos listados são: implementar medidas que intensifiquem as exportações, reduzir a taxa SELIC para retomar o crescimento econômico, descrita como importante estratégia para a retomada dos investimentos produtivos para a geração de emprego e, portanto, no entendimento do partido, para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Com relação aos “indicadores”, o PV defende, dentre outras propostas, a inclusão de metas socioambientais como critérios de desempenho dos governos em âmbito municipal, estadual e federal; a inclusão de variáveis que vão além da mensuração do crescimento da produção econômica e levem em conta a qualidade de vida da população.

Sobre a agricultura, que o PV considera a atividade econômica mais importante para a vida de um povo, há grande número de propostas, como desenvolver inovações e tecnologias que contribuam para a superação da pobreza e da miséria; o incentivo a sistemas agroecológicos articulados com o desenvolvimento de sistemas de ciência e tecnologia; o combate ao desperdício.

No item “água e saneamento”, há também uma série de propostas como priorizar o Plano Nacional de Recursos Hídricos, revitalizar os rios, instituir comitês de bacia por todo o país e iniciar a cobrança da água a todos os usuários, em especial ao setor agrícola. Do mesmo modo, no item “energia” há grande número de proposições sobre hidroeletricidade; eficiência energética; energia elétrica; petróleo e etanol; energia solar (proposta de estabelecer metas para sua utilização no país) e descarbonização da energia elétrica; pré-sal; energia nuclear.

Quase no final do documento, consta, no capítulo “Cultura de Paz”, um ponto específico sobre vegetarianismo e o conviver bem com as outras espécies animais. Dentre outras propostas, há

a de “difundir e promover a alimentação vegetariana como hábito saudável, benéfico para o meio ambiente e respeitoso para com os animais” (PV, PROPOSTAS DO PARTIDO VERDE PARA O BRASIL, 2014, p. 35). Essa proposta aproxima o partido de uma visão biocêntrica, embora esse termo não seja usado no documento.

O documento partidário do PV é, de longe, o que mais aprofundou a temática ambiental dentre os selecionados neste artigo, não havendo dúvida quanto à centralidade do tema para o partido. As propostas apresentadas estão em consonância com a concepção que é expressada pela sustentabilidade fraca, pois o grande número de propostas apresentadas fundamentalmente vão ao encontro da lógica da economia verde e do desenvolvimento sustentável conforme propugnados pela ONU. Não há, no programa do PV, qualquer menção sobre a necessidade da construção de novo modelo econômico, mas a expressão da crença de que é possível imprimir um estilo verde à economia vigente. A exceção é a referência à economia solidária que, “como defende o professor Paul Singer, pode ser uma via de desenvolvimento de economia popular e sustentável” (PV, PROPOSTAS DO PARTIDO VERDE PARA O BRASIL, p. 36), o que nos parece, analisando o espírito geral das propostas, uma contradição, pois Singer (2002) defende o desenvolvimento da economia solidária como alternativa ao capitalismo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Boa parte dos documentos partidários analisados não aprofunda a questão ambiental. O programa apresentado pelo PV destaca-se neste sentido, e faz-se exceção. Isso, ao menos em parte, pode ser explicado pela abordagem baseada na Saliency Theory. Segundo essa teoria, cada partido escolhe “ênfatizar aquelas questões em que seu desempenho tem mais credibilidade” (TAROUÇO & MADEIRA, 2013, P. 153). No entanto, para a análise que nos propusemos fazer, ou seja, verificar se um programa partidário se aproxima mais do modelo proposto pela sustentabilidade forte ou pela sustentabilidade fraca, tão importante como verificar o que consta no programa é verificar o que não consta. Por exemplo: se é característico da sustentabilidade fraca a subordinação da ecologia à economia, que fica clara quando a ênfase das propostas é o crescimento econômico ou a defesa incondicional do livre mercado, uma característica da sustentabilidade fraca é também não versar sobre a necessidade de questionamento da lógica do sistema capitalista mundial ou da economia mainstream.

O PV, junto com o PMDB, foram os partidos de centro analisados neste artigo. Barros

(2015) classifica o PV como ecologista sistêmico e o PMDB como desenvolvimentista. De fato, as propostas do PMDB são focadas na sustentabilidade econômica, e as do PV têm como pano de fundo o objetivo de integrar de forma mais profunda a ecologia à vida da sociedade. Em que pese as inegáveis dessemelhanças entre as concepções que baseiam as propostas dos dois partidos para a temática ambiental, ambos se identificam com a ideia da sustentabilidade fraca. O PMDB, porque todas suas propostas para a área se referem a crescimento e aumento da competitividade do país; o PV porque se referencia claramente nos estudos, documentos e conceitos propugnados pela ONU.

O PSDB (centro-direita) defende fortemente que a sustentabilidade deixe de ter uma importância periférica na definição do planejamento estratégico do país e que o tema ambiental não seja discutido apenas na execução dos projetos de governo, mas considerado desde a formulação das políticas públicas. O DEM (direita) não chega a aprofundar suas propostas. Isso pode ser visto como sinal de que o partido sente necessidade de tratar sobre o assunto, por estar na “ordem do dia”, mesmo que não tenham acúmulo maior sobre o tema, ou que o mesmo não seja assunto de sua atuação preferencial. O DEM, no documento analisado, expressa genericamente a necessidade de que o Estado tenha mecanismos e atue na preservação da natureza. A defesa da sustentabilidade como um fundamento da política econômica, no entanto sem questionamento sobre a necessidade de mudança dos fundamentos da economia convencional para que seja possível aplicá-la, aproxima a visão do PSDB à da sustentabilidade fraca; a defesa radical da livre iniciativa para que aconteça a realização integral do homem e a crença de que as regras do livre mercado são o caminho para um relacionamento harmonioso com nosso patrimônio ecológico identificam a concepção do DEM com a tipologia da sustentabilidade fraca.

Desse modo, pode-se dizer, levando-se em conta as já apontadas limitações da pesquisa, que foi confirmada a hipótese de que as propostas dos partidos de centro, centro-direita e direita, apresentadas na eleição presidencial brasileira de 2014, identificam-se com as propugnadas pelo modelo da sustentabilidade fraca.

Sobre nossa curiosidade em verificar se as propostas dos partidos de esquerda aqui pesquisados de fato se coadunariam com a concepção da sustentabilidade forte, ou, ao contrário, manteriam a lógica de marginalizar a questão ambiental como a social-democracia e o movimento comunista do século XX: tivemos resultados diferentes na comparação PT/PSOL.

Dos cinco partidos selecionados, apenas o PSOL se identificou com o tipo ideal da sustentabilidade forte. Essa identificação vem ao encontro de nossa hipótese, pois o partido defende claramente a superação do sistema capitalista. Além disso, em vez de focar no crescimento, as propostas

do partido na área econômica tiveram outros eixos como a defesa da implantação do imposto sobre as grandes fortunas e da mudança da estrutura tributária como formas de combater a concentração de renda e as desigualdades.

Já as propostas do PT se identificam com o modelo da sustentabilidade fraca. Isso não chega a negar totalmente nossa hipótese, mesmo o partido estando no campo da esquerda. Isso porque o fundamental em nosso raciocínio, ao formularmos a conjectura de que os partidos de esquerda se aproximam do tipo ideal da sustentabilidade forte, é o fato do questionamento à economia vigente e ao sistema capitalista. E os documentos partidários do PT, bem como sua atuação enquanto governo, não questionam os pressupostos capitalistas¹⁴, mas buscam um capitalismo mais humano com o Estado atuando como indutor do desenvolvimento (SINGER, 2012), em contraposição ao neoliberalismo. A defesa da ordem veio para ficar a partir da divulgação da Carta ao Povo Brasileiro, em 2002: antes a alma do partido insistia na necessidade de efetiva ruptura global com o modelo existente, e, a partir da de 2002, toma como suas as "conquistas" do período neoliberal – a estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação (SINGER, 2010).

Assim, pode-se ter duas interpretações: a de que foi confirmada apenas em parte a hipótese de que as propostas dos partidos de esquerda – por questionarem a lógica da economia mainstream e os pressupostos do capitalismo – iriam ao encontro do propugnado pela sustentabilidade forte; ou a interpretação de que a referida hipótese foi confirmada plenamente.

Faz mais sentido a primeira interpretação se priorizarmos, em nossa análise, o fato de que as propostas examinadas de um dos partidos de esquerda (PSOL) se identificaram com o modelo de sustentabilidade forte, e as propostas examinadas do outro partido do campo da esquerda (PT) se identificaram com a sustentabilidade fraca; a segunda interpretação se baseia no dado de que, desses dois partidos, apenas o PSOL tem apresentado crítica aos pressupostos da economia convencional e aos pilares do capitalismo. De qualquer modo, como já referimos, jamais tivemos a pretensão de esgotar o assunto neste artigo, e acreditamos que esse é um dos elementos que podem ser aprofundados em outros estudos.

¹⁴ No entanto, é interessante o fato de que o primeiro artigo do estatuto vigente do PT diz que o objetivo do partido é a construção do socialismo democrático (PARTIDO DOS TRABALHADORES, ESTATUTO).

7. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: MACHADO, Carlos RS. Et al (Org.). **Conflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013. Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/04/Conflitos-Urbanos-e-Ambientais_debates_lutas-e-desafios.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2017.

BARROS, Antonio Teixeira de. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. **Opin. Pública, Campinas**, v. 21, n. 3, p. 693-733, Dec. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000300693&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de junho de 2017.

BOFF, Leonardo. **Crítica ao modelo-padrão de sustentabilidade**. 2012. Disponível em <<https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/29/critica-ao-modelo-padrao-de-sustentabilidade/>>. Acesso em 19 de junho de 2017.

CMMD **Our common future**, Report of the World Commission on Environment and Development. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

CÚPULA DOS POVOS. **Declaração final**: Cúpula dos Povos na Rio+20 – por justiça social e ambiental, em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida. 2012. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/98464225/Declaracao-final-da-Cupula-dos-Povos>>. Acesso em 15 de junho de 2017.

DEMOCRATAS. **Princípio do democratas**. 2011. Disponível em <<http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Principios-do-Democratas.pdf>>. Acesso em 16 de junho de 2017.

DIAS, Marcia Ribeiro et al. “A quem serve o Graal?”: um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 209-235, nov. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11918/8102>>. Acesso em 20 de junho de 2017.

ESTEVES, Claudio Jesus de Oliveira. Relatos e ecos da RIO+20 **Cad. IPARDES**. Curitiba, PR, eISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 106-135, jul./dez. 2012. Disponível em <www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/download/534/728>. Acesso em 15 de junho de 2017.

GUIMARAES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 19-39, Dec. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n3/a03v15n3.pdf>>. Acesso em 15 de junho de junho de 2017.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013: Francisco). **Carta encíclica Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. Roma, 2015. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em 04 de julho de 2017.

LEFF, Enrique. **Decréscimo ou desconstrução da economia**. 2008. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Decrescimo-ou-desconstrucao-da-economia/7/14322>. Acesso em 20 de junho de 2017.

LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo**. Socialist Register, 2007. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo164Artigo3.pdf> Acesso em 15 de junho de 2017.

MEADOWS, Donella et all. **The limits to growth**. 1972. Disponível em <<http://www.clubofrome.org/report/the-limits-to-growth/>>. Acesso em 04 de julho de 2017.

MUDANÇAS climáticas podem deixar Terra igual a Vênus, alerta Stephen Hawking. **BBC Brasil**. Jul 2017. Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-40488000>>. Acesso em 04 de julho de 2017.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. Para mudar de verdade o Brasil. 2013. Disponível em <<http://portalsocialdobrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/10/paramudardeverdadeobrasil.pdf>>. Acesso em 28 de junho de 2017.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Programa partidário. Disponível em <<http://pmdb.org.br/institucional/programa-partidario/>>. Acesso em 20 de junho de 2017.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. Diretrizes para o programa de governo do PSOL. Disponível em <<https://lucianagenro.com.br/eleicoes-2014/programa/diretrizes/>>. Acesso em 23 de junho de 2017

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Diretrizes de programa de governo**. Disponível em <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/05/DIRETRIZES-PROGRAMA-DE-GOVERNO-DILMA-PRESIDENTE-20141.pdf>>. Acesso em 16 de junho de 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES: **Estatuto**. Disponível em <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2016/03/ESTATUTO-PT-2012-VERSAO-FINAL-alterada-outubro-de-2015-2016mar22.pdf>>. Acesso em 27 de junho de 2017.

PARTIDO VERDE. **Propostas do Partido Verde para o Brasil**. 2014. Disponível em <<http://www.eduardojorgepv.com.br/programa-brasil/>>. Acesso em 14 de junho de 2017.

RAMONET, Ignácio. Rio+20: **Economia verde ou economia solidária?** 2012, Disponível em <<http://outraspalavras.net/posts/rio20-economia-verde-ou-economia-solidaria/>>. Acesso em 14 de junho de 2017.

RIO+20. **O futuro que queremos**. Comitê facilitador da sociedade civil catarinense, 2012. Disponível em <<http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/07/CNUDS-vers%C3%A3o-portugu%C3%Aas-COMIT%C3%8A-Pronto1.pdf>> Acesso em 15 de junho de 2017.

SASS, Liz Beatriz. **Da (não) justificativa do uso dos Direitos de Propriedade Intelectual para a apropriação da biodiversidade: a sustentabilidade como limite**. Orientador: Marcos Wachowicz _ Florianópolis, SC, 2016. 449p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168083?show=full>>. Acesso em 14 de junho de 2017.

SINGER, André. **A segunda alma do partido dos trabalhadores**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 88, p. 89-111, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de junho de 2017.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. **São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.**

SOLÓN, Pablo. **Países em desenvolvimento estão na defensiva diante da ‘economia verde’ na Rio+20**. 2012. Disponível em <<http://ibase.br/pt/noticias/paises-em-desenvolvimento-estao-na-defensiva-diante-da-economia-verde-na-rio20/>>. Acesso em 29 de junho de 2017.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas - Revista de Ciências** [S.l.], v. 15, n. 1, p. e24-e39, abr. 2015. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18077>>. Acesso em 15 de junho de 2017.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política (UFPR)**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, Mar2013a. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de junho de 2017.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates (UFRGS)**, v. 7, p. 93-114, 2013b. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/38573>>. Acesso em 21 de junho de 2017.

TAYRA, Flávio. Capital natural e graus de sustentabilidade: visões de mundo e objetivos conflitantes. **Pensamento & Realidade. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração - FEA**. n. 19, 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8360/6205>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.